

# EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO POPULAR

Volmir José Brutscher [\*]

Hérika Costa Praia [\*\*]

Áurea Galdino de Lima [\*\*\*]

---

[\*] Doutor em Educação (UFPB). Professor da Universidade de Pernambuco, membro do grupo de pesquisa Políticas Educacionais, Sujeitos, Docência e Currículo (POSDOC) e do grupo de pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR).

ORCID: 0000-0001-5448-0941.

E-mail: volmir.brutscher@upe.br

[\*\*] Mestra em Educação (UPE). Pesquisadora e militante da Educação do Campo.

ORCID: 3171407902904945.

E-mail: herikapraia2702@hotmail.com

[\*\*\*] Mestra em Educação (UPE), Pesquisadora, Secretária Municipal de Educação e professora da Rede Estadual de Educação.

ORCID: 0000 0003 1688 1474.

E-mail: aureatracunhaem@hotmail.com

## RESUMO

Este artigo é um relato de experiência vivenciada a partir do evento de extensão Educação em Movimento: Educação do Campo e Movimentos Sociais, sendo realizado em junho de 2019, no Campus Mata Norte da Universidade de Pernambuco (UPE), ligado às disciplinas Educação do Campo e Educação e Movimentos Sociais, do Curso de Pedagogia, e apoiado por um grupo de estudos da área. Foi realizado em parceria com a Gerência Regional de Educação (GRE) da Mata Norte, o Centro Acadêmico do Curso de Pedagogia (CAPed) e o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PAFOR). Teve por objetivo refletir acerca da temática no contexto da globalização e virtualização, considerando avanços, retrocessos e perspectivas face à conjuntura política atual do país. Contou com a participação de convidados dos movimentos sociais populares de Pernambuco, que desenvolveram uma reflexão organicamente crítica. O evento contribuiu para fortalecer a aproximação da UPE das causas e perspectivas dos movimentos populares e, a partir do encontro direto entre os estudantes e as lideranças populares, colaborou para sensibilizar os discentes para as questões latentes que envolvem os sujeitos do campo como, por exemplo, a promoção da agroecologia, da educação e da cidadania no combate às desigualdades sociais e às injustiças.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Movimentos Sociais Populares. Desigualdade e injustiça social. Agroecologia.

## **INTRODUÇÃO**

A experiência sistematizada, neste texto, trata do evento de extensão Educação em Movimento: Educação do Campo e Movimentos Sociais, que foi promovido, em 2019, pelo curso de Pedagogia, do Campus Mata Norte, da Universidade de Pernambuco (UPE). O evento foi importante, pois possibilitou aos estudantes, principalmente, aos que estudavam sobre as experiências educacionais dos movimentos sociais populares em componentes curriculares específicos, um contato direto com os representantes das organizações que falaram e apresentaram suas análises e propostas para o desenvolvimento do Brasil e para a Educação do Campo.

Um dos problemas históricos e centrais do Brasil foi e continua sendo a desigualdade e a injustiça social. O país formou-se, desde a sua origem, com uma absurda divisão de classes, em que ficou convencionado que é assim mesmo e que à elite cabe dar a direção, mas aos pobres cabe apenas a seguir. Obviamente que tanto a direção política quanto a econômica dadas pela classe dominante sempre foram favoráveis à manutenção da ordem vigente. Nesse sentido, os movimentos sociais populares vêm cumprindo um papel importante, à medida que organizam sujeitos das classes dominadas e exploradas para combater essa ordem e construir outro projeto de sociedade, de desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural na perspectiva de enfrentar as desigualdades, respeitando as diferenças. No entanto, o momento e a conjuntura política nacional não são favoráveis à perspectiva da mudança transformadora da nação. A equipe do governo federal está empenhada em reformas e políticas capazes de defender e recolocar a velha ordem, o que, por outro lado, torna-se terreno fértil para a mobilização, a articulação e o fortalecimento dos movimentos sociais populares. Por isso, a importância de espaços que favoreçam a reflexão e a articulação na perspectiva do fortalecimento popular e do enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais inadmissíveis e existentes no Brasil. Esses espaços são cada vez mais necessários à medida que as escolas, especialmente as públicas, vêm assumindo variadas funções e deixando, às vezes, a base fundamental do processo de ensino e aprendizagem, que é a socialização dos conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade, em plano secundário. Além disso, muitas vezes o conhecimento sistematizado é socializado superficialmente e de forma

desvinculada da realidade concreta, política, epistemológica e cultural, dos principais sujeitos e protagonistas do processo.

## **METODOLOGIA**

A metodologia deste artigo se caracteriza como sistematização de experiência, conforme fundamentação apresentada por Oscar Jara Holliday (2006) que, por sua vez, inscreve-se nos referenciais da análise dialética. Na forma procedimental, recorre à bibliografia clássica da área da educação popular contemporânea, da Educação do Campo e dos Movimentos Sociais Populares e, sobretudo, ao registro e à análise das falas dos convidados e participantes durante o Seminário Educação em Movimento: Educação do Campo e Movimentos Sociais que foi realizado em junho de 2019, no Campus Mata Norte da UPE, no intuito de identificar e sistematizar a perspectiva dos movimentos sociais populares em relação à Educação do Campo e à sociedade de forma geral.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O seminário Educação em Movimento: Educação do Campo e Movimentos Sociais foi concebido e desenvolvido dentro do referencial teórico da educação popular contemporânea, que tem Paulo Freire como um dos seus principais expoentes (BRUTSCHER, SCOCÚGLIA, 2017). Segundo Freire, o termo popular é parte substantiva do termo educação, que, por sua vez, confere-lhe certa qualidade, isto é, constitui-a como determinada concepção de educação caracterizada por inverter os polos da educação tradicional e burguesa. É uma educação própria do contexto da resistência, surge e fortalece-se na luta contra a opressão. Na América Latina, desenvolve-se com um jeito próprio em cada país, mas mantendo uma unidade: a luta contra a exploração e a dominação exercida pela lógica dos interesses imperiais e de seus aliados locais. É resistência contra as desigualdades e as injustiças sociais, contra todos os tipos de dominação e opressão.

A educação popular contemporânea é complexa e difícil de conceituar, mas, entre os vários aspectos importantes, a sua vinculação com uma perspectiva política, um projeto político democrático e popular, provavelmente, seja o que melhor a conceitua. Não se esconde na pseudoneutralidade, assume a perspectiva política da educação e explicita seu compromisso com as causas populares. Encontra-se, nesse ponto, uma identificação enorme com a Educação do Campo, que se distingue da educação rural exatamente pelo posicionamento e compromisso com um Projeto Político de desenvolvimento, principalmente, do campo com valorização da cultura e da vida dos camponeses. Os movimentos sociais populares, em geral, assumem essa perspectiva política. Por isso, historicamente, constituíram-se entre os principais protagonistas da educação popular.

O objetivo geral da educação popular contemporânea sempre foi, e continua sendo, promover a transformação. Diferentemente da educação tradicional e burguesa que historicamente, no Brasil e na América Latina, contribuiu para reproduzir e manter a ordem vigente, aquela se empenha em transformar o sistema social construído e alicerçado na desigualdade socioeconômica, nas classes sociais, na injustiça, na divisão e na exploração do trabalho. Por isso, precisa tanto transformar as estruturas quanto as relações de poder que se estabelecem. Os movimentos sociais populares se identificam e assumem essa perspectiva transformadora.

Os principais sujeitos da educação popular contemporânea são os próprios oprimidos. Freire (2003, p. 32, grifo nosso), referindo-se à Pedagogia do Oprimido, afirma:

aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que essa pedagogia se fará e refará.

Obviamente, são os oprimidos organizados, organizados em sujeitos coletivos, em organizações e movimentos. Chegamos novamente à identificação da educação popular contemporânea com os movimentos sociais populares, bem como com a Educação do Campo que tem nos movimentos sociais populares do campo um dos seus principais sujeitos.

Na metodologia da educação popular contemporânea, cabe destacar dois aspectos centrais: partir da realidade dos sujeitos envolvidos, das necessidades, dos saberes e das potencialidades desses; educar a partir da organização dos sujeitos sociais populares, seja em

torno do atendimento às necessidades seja em torno da luta por direitos (BRUTSCHER, 2005). É a formação que acontece inerente aos processos organizativos, nos estudos e nas reflexões, que deles decorrem. Aqui, temos novamente uma identificação entre a educação popular contemporânea e os movimentos sociais populares, como também com a Educação do Campo.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

A partir da fundamentação teórica apresentada, serão relatados e analisados alguns dos principais pontos desenvolvidos e discutidos durante o seminário Educação em Movimento: Educação do Campo e Movimentos Sociais.

a) Mística de abertura, preparada e apresentada por lideranças dos movimentos e da EJA Campo. Recheada de elementos da realidade e da cultura do campo, a mensagem transmitida foi a necessidade do cultivo sustentável e inteligente da agricultura camponesa, uma das principais fontes de alimentação da população no Brasil e no Mundo.

A mística é um aspecto característico dos movimentos populares. Por um lado, pode ser expressão da influência religiosa praticada por alas progressistas de igrejas na origem dos movimentos sociais populares e, por outro, é expressão da identidade camponesa, intimamente ligada à espiritualidade, relacionada aos elementos da natureza, principalmente, à “mãe” terra, mas também à água, ao fogo, ao sol, ao vento, à chuva, às nuvens, ao céu, às árvores, à produção de alimentos, que servem ao sustento da vida no campo e na cidade.

A mística é uma forma de interpretar e analisar de forma simples e contextualizada a realidade, principalmente, a realidade do campo. Também é uma forma de manter viva a esperança diante das dificuldades, segurando-se às mensagens e às forças da natureza e da transcendência. A mística e a espiritualidade dos movimentos populares são ricas em simbologia, gestos e sinais. Além de ser parte do aspecto formativo a partir das reflexões que desencadeia, é fundamental para o cultivo da unidade, da solidariedade e da luta por tempos e condições melhores.

b) Palestra Educação do Campo e Trabalho, proferida pela convidada Ana Cláudia Pessoa (MST), refletiu sobre as condições de trabalho dos assentados, a consciência de classe

trabalhadora e a necessidade de uma educação voltada para essa realidade e capaz de contribuir para as transformações e para a qualidade de vida no campo.

As condições de trabalho dos assentados da Reforma Agrária, em geral, são precárias, sobretudo, no início enquanto o grupo não estiver bem organizado. O trabalho dos pequenos agricultores ainda é bastante manual, pesado, sujo e sem a devida valorização. O poder de investimento no cuidado, na fertilização da terra e em tecnologias e equipamentos de trabalho é mínimo. O acesso à terra é fundamental, mas não basta, pois são necessárias políticas públicas de crédito e de incentivo à produção, agroindustrialização e comercialização, bem como para a produção saudável, sustentável, orgânica e, principalmente, agroecológica.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, menos de 1% dos grandes proprietários concentra cerca de 50% das terras cultiváveis do país e utilizam, em média, 15 litros de agrotóxicos por hectare ano. Enquanto 50% dos pequenos proprietários reúnem apenas 2% das terras cultiváveis, porém “empregam” dois terços dos trabalhadores do campo e são responsáveis pela produção da maior parte da alimentação dos brasileiros. Nos últimos dez anos, as grandes propriedades ampliaram a área de cultivo em 45% e, por sua vez, os pequenos agricultores diminuíram a área de cultivo em 20% (IBGE, 2017; MOREIRA, 2020). O momento político-econômico não é favorável aos camponeses e a tendência é do quadro complicar se não houver uma forte reação popular ao avanço do capitalismo do agronegócio. A avaliação é de que o Brasil está cada vez mais se voltando para a produção de ração e de outros artigos de exportação, porém, menos para a produção de alimentos saudáveis que deveriam abastecer as mesas dos brasileiros.

Apesar das dificuldades da conjuntura e do poder de investimento dos assentados e dos pequenos agricultores em geral, há várias experiências interessantes se desenvolvendo, em todo o Brasil, por exemplo, o Assentamento Normandia, no município de Caruaru, em Pernambuco. O Assentamento conseguiu organizar-se; criou a Associação Comunitária de Capacitação Paulo Freire (ACCPF) que assumiu a gestão de uma área comum cedida pelos assentados em favor do coletivo para formação e estímulo à produção; construiu uma Academia das Cidades, uma quadra poliesportiva em parceria com o Governo de Pernambuco, uma creche pública; além disso, estabeleceu um centro de beneficiamento de alimentos, com capacidade de potencializar e agregar valor aos produtos agroecológicos da região, com três agroindústria, a saber, de carne de bode, de raízes e tubérculos e de pães e

bolos (SOBREIRA,2019). As agroindústrias abastecem dezenas de escolas de Caruaru e de regiões próximas e parte do Armazém do Campo, que está localizado no Recife. Esta organização é centralmente resultado dos inúmeros cursos de formação política, técnica e, principalmente, agroecológica, que são realizados pelo próprio Centro de Formação Paulo Freire em parceria com universidades públicas e com outros órgãos.

O Armazém do Campo é uma iniciativa do MST de disponibilizar e comercializar produtos agroecológicos, em geral oriundos dos assentamentos, nos grandes centros urbanos. O Armazém do Campo constitui, atualmente, uma rede com pontos em várias cidades de diferentes regiões do país. É uma estratégia de aproximação entre campo e cidade, viabilizando a comercialização da produção dos assentamentos e da agricultura familiar e disponibilizando à população urbana alimentação saudável produzida na lógica dos princípios agroecológicos, ou seja, sem exploração da mão de obra, sem agrotóxicos, sem desmatamento, mas com preservação da biodiversidade, das fontes e das nascentes de água doce.

Cada vez mais os movimentos do campo estão compreendendo o vínculo e a importância da parceria com a cidade. Como diz a palavra de ordem cantada pelos movimentos: “Se o campo não roça, a cidade não almoça! Se o campo não planta, a cidade não janta!” (TOZZI, 2020). Dulci (2016) também comenta e frisa o significado destas palavras. Deseja-se expressar o sentido e a contribuição do campo, principalmente, da agricultura familiar na produção de alimentos saudáveis consumidos na cidade. A aproximação da produção agroecológica dos grandes centros urbanos é uma estratégia de benefício recíproco: por um lado, favorece a população da cidade com alimentação saudável e livre do excesso de hormônios e agrotóxicos que, em geral, caracterizam a produção do agronegócio; por outro lado, viabiliza o comércio e os rendimentos dos trabalhadores da agroecologia. Aliás, cresce, cada vez mais, o entendimento de que campo e cidade não formam uma oposição, mas uma integração e complementação. São territórios com características diferentes: a cidade, em geral, tem uma vida social mais intensa e com um ritmo mais agitado; o campo, normalmente, apresenta uma maior tranquilidade e menos correria e atropelos. Há os que se identificam mais com um e os que preferem mais o outro, bem como há aqueles que preferem conjugar os dois espaços. Por isso, há assentamentos da

reforma agrária que se organizam para morar e viver em agrovilas ou em pequenas cidades, o que contribui para a vida social, o acesso a equipamentos sociais e, ao mesmo tempo, evita contribuir para o êxodo rural e para a formação de aglomerações nos grandes centros.

Mesmo com a compreensão da parceria entre campo e cidade, é fundamental que a Educação do Campo seja identificada com a cultura camponesa, com seus valores e sua identidade. Uma educação que não incentiva sair, mas, pelo contrário, motiva e qualifica para a permanência no campo, para empreender e desenvolvê-lo, de forma solidária e sustentável, contribuindo para a promoção da qualidade de vida no campo e, conseqüentemente, na cidade. Uma educação que contribua na promoção da autoestima dos camponeses, bem como da iniciativa, da autonomia, do acesso à tecnologia e do empreendedorismo de cooperação e de sustentabilidade. Uma Educação do Campo para a realidade e a cultura do camponesa, sem desconsiderar a relação e a possibilidade de parcerias estratégicas com a cidade.

Em relação à consciência de classe, foi ressaltada a importância fundamental da Educação do Campo contribuir com os camponeses para compreenderem a própria realidade e os diferentes projetos em disputa no campo, a exemplo do agronegócio e da agroecologia. Ajudar os camponeses e seus filhos a se situarem e entenderem as disputas e as lutas que estão em questão, identificando aliados e adversários, mas não necessariamente inimigos. Freire (2002c, p. 90), defendia que “a consciência de classe oprimida passe, senão antes, pelo menos concomitantemente pela consciência de homem oprimido.” Na página seguinte do mesmo livro (Pedagogia da Esperança), ele prossegue: “não é possível entender a história sem as classes sociais, sem seus interesses em choque. A luta de classes não é o motor da história mas certamente é um deles” (2002c, p. 91). Freire disse isso, porque era criticado, por marxistas ortodoxos, por não assumir a luta de classes como o motor da história. Ele compreendia a importância da luta de classes, mas não fechava todas as possibilidades em torno dela, postulando a consciência de homem oprimido ou de mulher oprimida como condição para a consciência de classe oprimida e acreditava na esperança e no sonho como mobilizadores da história. “Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo de mulheres e homens.” (FREIRE, 2002c, p. 91). Fazendo-se e refazendo-se no processo histórico, homens e mulheres “terminaram por



ter no sonho também um motor da história. Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança.” (FREIRE, 2002c, p. 91).

A Educação do Campo deve servir de combustível entre os camponeses para perceberem as situações e as condições de vida das pessoas, da classe social a que pertencem e, percebendo, engajem-se na luta por mudanças e transformações, sendo movidos pela esperança e pelo sonho de um mundo mais cooperativo, justo e belo.

c) Mesa Redonda intitulada Desafios e Propostas dos Movimentos Sociais Populares na conjuntura atual, mediada pela professora Ana Sotero (UPE), debateu a intersectorialidade que envolve os movimentos sociais e o processo de conquista ou, ao menos, de manutenção de direitos no Brasil atual. Os estudantes David Luiz, da Licenciatura em História (UPE), e Larissa Dayane (UPE), da Licenciatura em Letras Português/Inglês, introduziram a discussão, citando a importância dos movimentos estudantis na conquista de melhorias não apenas para a Universidade, como também para os próprios estudantes e para a sociedade em geral. Ademais, comentaram sobre seu ingresso nos movimentos sociais, atribuindo-o ao desabrochar de suas consciências políticas e sociais e à empatia às causas populares. Por outro lado, dialeticamente, a inserção no movimento estudantil e social fortaleceu a consciência política e social e o compromisso com as causas populares.

O coordenador estadual da Gerência de Políticas Educacionais da Educação do Campo (GEPEC), Jailson da Silva, tratou de questionar o porquê de toda a responsabilidade ser da educação se, para que ela possa acontecer de maneira satisfatória no campo, são necessários diversos outros fatores, tais como, transporte, acessibilidade das estradas, segurança, estímulo à agricultura familiar, postos de saúde, entre outros, ou seja, a ausência de políticas públicas, em geral, interfere diretamente no produto final desejado pela escola. Ele apresentou dados de investimentos do governo estadual na EJA Campo e comentou, com orgulho, que 20% dos alunos, nos últimos anos, conseguiram ingressar em universidades públicas e privadas, servindo como incentivo não somente aos professores, mas também ao Estado de Pernambuco.

Jaime Amorim, dirigente nacional do MST, reforçou os aspectos apresentados pelos antecedentes. Além disso, acrescentou aspectos referentes ao desmonte que as políticas sociais, no Brasil, vêm sofrendo. Observou também que os investimentos em saúde e educação foram congelados, por um período de 20 anos (EC 95/2016), na prática, retirando

bilhões do orçamento destas áreas. Chamou a atenção para a quantidade de agrotóxicos aprovados pelo atual governo e seus possíveis impactos na sociedade. Nos últimos dez anos (2010-2019), a quantidade de agrotóxicos liberados no Brasil cresceu 320%, segundo o Greenpeace, o qual acompanhou as aprovações publicadas no Diário Oficial da União. A partir de 2016, a liberação disparou. Somente no ano de 2019, o governo federal liberou 439 novos produtos (SOBRINHO, 2019). Jaime Amorim também remeteu a eleição do presidente Bolsonaro a uma bandeira antipetista, que freou as políticas sociais em curso, utilizando-a como meio de blindagem para as atuais ações cometidas em favor do grande capital. Em síntese, apresentou como proposta de resolução, de boa parte das problemáticas, o investimento na educação e na agricultura familiar agroecológica, servindo como um “freio” ao avanço capitalista sobre a cultura regional.

d) Oficinas: A escola que temos e a escola que queremos, ministrada pela professora Hérica Costa Praia; Contribuições do MST para a Educação do Campo, ministrada pela professora Solange Mamedes; e Desafios e possibilidades da gestão da Educação do Campo, ministrada pela pesquisadora e gestora Áurea Galdino.

Sabendo que o contexto nacional aponta uma realidade tensa para a educação do campo, é fundamental a formação de professores das redes de ensino, permitindo que muitas estratégias para atuação desses professores sejam criadas. Sendo assim, as oficinas tiveram como estratégias ajudar professores oriundos da educação regular para atuarem na Educação do Campo, porém, com a esperança de preparem-se para tal tarefa.

Para discutir os desafios e as possibilidades da gestão da Educação do Campo, na perspectiva dos movimentos sociais, foi apresentado, inicialmente, o contexto nacional das políticas públicas voltadas para o campo, o contexto local na área da Zona da Mata Pernambucana e o contexto da Educação do Campo. A partir desses contextos, foi destacado o protagonismo dos povos camponeses como sujeitos de direitos que são mobilizados pela luta da sustentabilidade no combate à crise ambiental e pela importância da valorização cultural no contexto educacional.

Nesse sentido Silva (2006, p. 62) ressalta:

a educação é uma prática social que tem o objetivo de contribuir, direta e intencionalmente, no processo de construção histórica das pessoas e, nesse sentido, os movimentos sociais, como práticas sociopolíticas e culturais, constitutivas de sujeitos coletivos, tem uma dimensão educativa, à medida que constroem um repertório de ações coletivas, que demarcam interesses, identidades sociais e coletivas, que visam à realização de seus projetos para uma vida melhor e da humanização do ser humano.

Nesse âmbito, as discussões validaram que os contextos sinalizam para os desafios enfrentados no campo e que a educação e a mobilização praticadas pelos movimentos sociais do campo apontam para as possibilidades de humanização e de uma prática em constante movimento. Em seguida, foi apresentada uma leitura da trajetória histórica da Educação Campesina, a importância dos movimentos populares e os marcos regulatórios para a consolidação da Educação do Campo, que encontram um importante destaque para a efetivação das políticas nas articulações e nas conferências mobilizadas do final da década de 1990 e da primeira década de 2000.

Nesse contexto, muitos documentos contribuem na discussão e fazem parte da legislação da Educação do Campo. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, por exemplo, indicam avanços em relação à Educação do campo. O debate do tema não é novo, mas a Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, deu um novo fôlego. Em 2010, com a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, resolução nº 04/2010/CEB/CNE, a Educação do Campo passa a ser reconhecida como modalidade de ensino e com o Decreto nº 7.352/2010 é instituída a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que se originou a partir da organização e mobilização dos movimentos sociais do campo na luta pelo direito à educação de qualidade através de uma proposta alternativa que atendesse às especificidades dos moradores do campo.

Esses documentos e seu marco regulatório significaram um passo considerável na luta dos movimentos sociais do campo pelo direito à educação, contemplando suas especificidades. O projeto de lei nº 8035/2010 referente ao novo Plano Nacional de Educação (PNE) afirma, em seu artigo 1º, que a política da Educação do Campo se destina à ampliação e à qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no plano nacional de educação.

Nesse mesmo caminho, a resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, institui também as Diretrizes Operacionais Básicas do Campo e as diretrizes complementares, as normas e os princípios para o desenvolvimento de políticas públicas em atendimento à educação básica do campo.

Esses documentos legais também contribuíram na construção das Instruções Normativas da EJA do Campo para o ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos, no atendimento da política pública da Educação do Campo, no âmbito das escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco que atendem as populações do campo (PERNAMBUCO, 2020). Assim, a Educação do Campo enquadra-se no Plano Estadual de Educação de Pernambuco (PEE-PE), que abrange um conjunto de medidas voltadas para a melhoria da qualidade da educação.

Conforme Marcoccia *et al.* (2021), entre as principais conquistas das políticas educacionais do campo, estão: a) o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em 1998; b) as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002; c) a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), criada em 2004, com programas voltados à educação do campo; d) as Diretrizes Complementares da Educação do Campo; e) o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO); f) o PROJOVEM Campo; g) o Decreto do Presidente da República, de 4 de novembro de 2010, que estabelece a Política Nacional da Educação do Campo (PRONACAMPO); h) a EJA Campo, em 2012, para a Ensino Fundamental – Anos iniciais e finais e o ensino médio. Essas são as principais frentes nacionais, mas as unidades federativas têm muitas outras frentes, a saber, comitês estaduais de Educação do Campo; fóruns, resoluções e diretrizes estaduais referente à educação do campo; cursos de especialização; além de eventos de formação continuada de professores.

Com base nesse histórico nacional e com a finalidade de contextualizar os desafios, foi apresentado e discutido o cenário capitalista brasileiro no Campo. Para fazer frente a esse cenário, apresentou-se a Pedagogia da Alternância como uma possibilidade. Segundo Gimonet (2007), a Pedagogia da Alternância é construída de modo permanente, alternando entre o trabalho de campo, em casa, com a família e os momentos formativos realizados nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFAS), primando por uma forma

dialógica e dialética de relação entre os sujeitos em uma perspectiva do desenvolvimento local e sustentável.

No último momento das oficinas, com a participação da plenária, foi tratado de outros desafios para o campo, dentre eles, a consolidação das políticas (Transporte, PNLD, agricultura familiar e outros); o fechamento das escolas e nucleação; a escolarização dos estudantes; a descontinuidade das políticas; o perfil dos profissionais; a marginalização dos sujeitos do campo; o êxodo rural devido à agricultura capitalista; a gestão autoritária; o currículo descontextualizado e fragmentado da escola urbana.

Segundo Silva, Pasuch e Silva (2012, p. 59),

“a educação do campo, entendida como direito nos marcos da equidade, o que inclui a justiça social e o reconhecimento das especificidades, rejeita as imposições de um modelo educacional e pedagógico que nega as culturas, os saberes e os modos de produção da vida das populações do campo”.

Por meio deste conceito, os participantes foram provocados à construção de um painel interativo de proposição de ações de fortalecimento da equidade para os povos do Campo.

Por fim, foram elencadas as possibilidades para a construção de uma Educação do Campo e no campo, a saber: a realização do diagnóstico de indicadores; o fortalecimento de movimentos populares e a escuta da comunidade; firmar parcerias com universidades para formação e aderir às políticas; prever estratégias no Plano Municipal de Educação (PME); criar uma lei municipal que proponha critérios de incentivos a professores do campo; valorização dos saberes locais; Pedagogia da Alternância; intersetorialidade para fortalecer o campo; gestão participativa na escola; contextualização do conhecimento, com ênfase no currículo humanizado; o resgate das memórias e histórias dos sujeitos; a construção do Projeto Político Pedagógico; e a formação continuada de professores.

As oficinas focaram na realidade dos estudantes do PARFOR, que foram o principal público participante. Entre os resultados alcançados, destacam-se o interesse dos(as) professores(as) em articular os conteúdos com a realidade dos alunos; a valorização do homem e da mulher do campo, conforme Projeto Político Pedagógico das escolas do campo; a consolidação da Educação do Campo como uma modalidade de ensino que orienta o currículo e a prática pedagógica nas turmas da educação básica. Revelaram também a importância de um novo olhar para os professores, dando visibilidade ao seu pensar, fazer, sentir e viver,

tomando como ponto de partida para o processo de formação inicial e continuada, em suas trajetórias escolares e de vida, seus saberes da experiência e suas expectativas sem relegar suas dificuldades e desencantos.

e) Apresentação de trabalhos científicos pelos discentes. Os trabalhos trouxeram muitas experiências de pesquisa, de ensino e de aprendizagem que estão sendo desenvolvidas no âmbito do PARFOR e por estudantes da graduação e pós-graduação. Ainda que muitos trabalhos não fossem diretamente relacionados às temáticas do evento, a experiência foi importante no sentido de incentivar a sistematização e socialização das experiências, contribuindo para a iniciação científica. Contudo, muitos dos trabalhos contribuíram para adentrar às temáticas do seminário e para o aprofundamento das questões.

f) Mesa Redonda Desafios e propostas dos movimentos sociais populares para a Educação do Campo, mediada pelo professor Volmir Brutscher, contou com a participação das professoras Ana Maria Sotero Pereira, Hérica Costa Praia e Solange Mamede. Na linha de desafios, a ênfase foi a necessidade de resistência aos ataques que a educação pública vem sofrendo nos últimos anos com o congelamento de seus investimentos por 20 anos (EC 95/2016), com o desmonte das universidades públicas e com os insultos aos professores e aos movimentos sociais populares em geral. Na perspectiva das propostas, a ênfase foi a necessidade de perceber a questão política implicada na educação, uma educação voltada para a valorização da identidade, da cultura e do trabalho do Campo.

O evento foi encerrado com o reconhecimento da sua potência por parte dos participantes, principalmente, dos estudantes de Pedagogia e com a indicação da importância da realização de mais eventos interdisciplinares como esse, eventos que possibilitem desenvolver uma melhor percepção e compreensão das questões políticas de fundo e do processo de ensino e aprendizagem, capacitando professores(as) a lidar com os problemas identificados no cotidiano das escolas e dos movimentos do campo. Segundo os participantes, esses tipos de atividade e de reflexões permitem uma vinculação mais efetiva com a realidade local, favorecendo a formação continuada e contribuindo para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem da Educação do Campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O evento materializou-se no diálogo dos conhecimentos científicos, políticos e escolares no que se refere a conceitos sistematizados e produzidos pela cultura acadêmica e popular, mostrando que o currículo da Educação do Campo deve se fundamentar em princípios políticos, epistemológicos e pedagógicos que permitam aos docentes e estudantes lerem de forma ampliada e complexa a realidade, percebendo os interesses de classe em disputa e revelando que cabe aos professores interrogar e reconstruir permanentemente a ação de ensinar e aprender, além de explicitar que o conhecimento sistemático de cada componente curricular da Educação do Campo depende da realidade em que a escola está inserida e que contribui para a formação crítica à medida que interroga e auxilia o aluno a ler o mundo da vida.

Esta perspectiva permite intervir na concepção (ARROYO, 2007, p.121), por não se fixar apenas ao sistema de ensino e sim por se colocar dentro de “uma dinâmica social, política e cultural, existente no campo [...] através das lutas dos movimentos sociais por seu direito à terra, território, modo de produção camponês, à educação e à escola” (ARROYO, 2007, p. 162-163). Portanto, é importante que os professores conheçam o universo social e cultural em que os estudantes vivem e as questões existenciais que os interpelam diariamente. No momento em que a interdisciplinaridade, a pesquisa, a militância e o trabalho como princípio educativo aparecem como referências do currículo, o processo de ensino e aprendizagem irá ocorrer naturalmente.

Sendo assim, os professores em formação inicial, sejam eles futuramente do campo ou não, tiveram uma grande oportunidade de conhecer esta modalidade que vem conquistando, cada vez mais, espaço nas instituições públicas. Tentando fazer com que eles entendam essa tensa história, pode-se dizer que estarão se capacitando a trabalhar e atender as crianças, adolescentes, jovens e adultos, que vivem e trabalham no campo, nas comunidades indígenas, negras, quilombolas, que passam por essa história como desiguais, e podemos afirmar que “esse caráter afirmativo dá dimensões políticas novas às lutas no campo e às políticas de formação de docentes educadores” (ARROYO, 2012, p.362).

Diante das conquistas da Educação do Campo, observa-se que os futuros professores abraçam a sua causa, mesmo assim há variedades de experiência e significados, porém, o que importa é entendê-los e tentar ajudá-los nas decisões de sua profissão. Uma das conquistas fundamentais é ter mostrado a necessidade de sensibilidade para esse tipo de dinâmica educativa e cultural, e que o importante é tentar “entender como nesse movimento social vem se formando, educando, um novo homem, uma nova mulher, criança, jovem ou adulto” (ARROYO,2011, p.70)

A função da Educação do Campo não é apenas garantir a escolarização de forma pontual àqueles que a ela tiveram acesso com muitas dificuldades ou aos que tiveram suas trajetórias escolares interrompidas, mas garantir também a aprendizagem ao longo da vida das pessoas, contribuir com o projeto de vida e de sociedade dos sujeitos do campo. Para que isso aconteça, os professores da Educação do Campo precisam sempre de momentos e oportunidades que servem como orientação e formação continuada, para que nunca deixem de incentivar as crianças, os jovens e os adultos a continuarem na luta por seus direitos de cidadania, o que implica o direito à propriedade e à educação, ou seja, terra para viver e o acesso à escola, dando condições aos sujeitos do campo assumir desafios cada vez mais amplos na sociedade. É a partir daí que eventos de extensão como esse, que enriquecem as reflexões em torno das políticas e pedagogias da Educação do Campo, contribuem para a formação continuada e tornam-se um aspecto chave do trabalho de educadores e militantes dessa causa.

O evento foi produtivo e alcançou os objetivos sobre refletir a situação dos movimentos sociais populares e da Educação do Campo na atual conjuntura, identificando desafios e possibilidades de intervenção político-pedagógica. As metas e os indicadores também foram alcançados: permanente aproximação da UPE com as causas e perspectivas dos movimentos sociais populares; sensibilização dos estudantes para as questões latentes que envolvem os movimentos sociais populares, em especial, as do campo; e o encontro dos estudantes com lideranças dos movimentos sociais populares.

Após avaliações, o evento foi considerado muito bom e ficou o desafio de continuar e ampliar o projeto nos próximos anos, permitindo a identificação e o enfrentamento de novos desafios que permanentemente se apresentam aos profissionais e/ou futuros profissionais da Educação do Campo, contribuindo para repensar as práticas educativas e curriculares



desenvolvidas nas escolas e nos espaços formativos para atender as demandas conjunturais e os desejos ou sonhos vivenciados pelos camponeses.

Com atenção ao que defendem Arroyo e Fernandes (1999, p. 26) “um projeto de educação básica do campo tem de incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo”, consideramos o evento parte dessa luta e uma forma, ainda que mínima, de reparação da dívida social, auxiliando no combate às discriminações e na busca de uma sociedade menos desigual.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Políticas de formação de educadores do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo N 2. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf>. Acesso em 16 de Janeiro, 2021.

ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Monica. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Emenda Constitucional nº 95/2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm). Acesso em: 29 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, DE 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 28 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (Secad). **Programa Nacional de Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores/as Familiares - Programa Saberes da Terra.** Brasília, DF: MEC/ Secad, 2008.

BRASIL. CNE. **Diretrizes Operacionais para a Escola Básica do Campo.** Brasília, 2002. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso: em 25 mar. 2012.

BRUTSCHER, Volmir José. **Educação e conhecimento em Paulo Freire.** Passo Fundo: IFIBE e IPF, 2005.

BRUTSCHER, Volmir José; SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Discursos da Educação Popular contemporânea: Encontros com Michel Foucault e Paulo Freire.** João Pessoa-PB: Editora da UFPB, 2017.

CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Galdencio. **Dicionário da Educação do Campo.** Formação de Educadores do Campo, Rio de Janeiro. Expressão Popular, 2012.

DULCI, Luiza. **A juventude rural e o futuro da agricultura familiar no Brasil.** Algo a dizer, edição 102, março de 2016. Disponível em: <<https://www.algoadizer.com.br/edicoes/materia.php?MateriaID=1621>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** 9. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002c.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFAS.** Tradução de Thierry De Burghgrave Petrópolis: Vozes; Paris: AIMFR, 2007. (coleção AIDEFA).

IBGE 2017. **Resultados definitivos do Censo Agro.** Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** Tradução Maria Viviana V. Resende. 2.ed. revista. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

MARCOCCIA, Patrícia Correia de Paula *et al.* **Políticas públicas da educação do campo:** desafios à formação continuada de professores. Disponível em: <[https://anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/PatriciaCorreiaPaulaMarcoccia\\_res\\_int\\_GT1.pdf](https://anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/PatriciaCorreiaPaulaMarcoccia_res_int_GT1.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MOREIRA, Eduardo. Vídeo: **Denúncia:** o maior e mais destruidor plano já executado neste país, e que nos levará ao caos. Disponível em: <<https://youtu.be/NYcgsSy9Tnk>>. Acesso em: 29 de jul. 2020.

PERNAMBUCO. **Instrução Normativa SEE Nº 8 DE 22/09/2020.** Dispõe sobre a oferta, pela Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, do Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos-EJA. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/21557/INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20SEE%20N%C2%BA%20001%20DOE%2022-01-2020.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SILVA, Maria do Socorro. **Da raiz à flor:** produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: Molina, M (org) Educação do campo e pesquisa: Questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006, p.60-93.

SILVA, A. P. S.; PASUCH, J.; SILVA, J. B. **Educação Infantil do campo.** São Paulo: Cortez, 2012.

SOBREIRA, Vinícius. **Juiz autoriza despejo de terreno que sedia centro de formação do MST em Caruaru (PE).** Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/09/05/em-ataque-ao-mst-incra-pede-despejo-na-zona-rural-de-caruaru/>>. Acesso em: 08 de set. de 2019.

SOBRINHO, Wanderley Preite. **Meio Ambiente:** Número de agrotóxicos liberados no Brasil é o maior dos últimos dez anos, Do UOL, São Paulo, 28 nov. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/11/28/com-novas-aprovacoes-liberacao-de-agrotoxicos-ja-e-o-maior-da-historia.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

TOZZI, Verônica. **Se o campo não roça, a cidade não almoça!** Se o campo não planta, a cidade não janta! Jornal Brasil Popular, 31 julho 2020. Disponível em: <<https://www.brasilpopular.com/se-o-campo-nao-roca-a-cidade-nao-almoca-se-o-campo-nao-planta-a-cidade-nao-janta/>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

**EDUCATION IN MOVEMENT: REPORT OF A POPULAR EXTENSION  
EXPERIENCE**

**ABSTRACT**

This article is a report of an event of extension on Education in movement: education in the countryside and social movements, held in June 2019, on Campus of Mata Norte of the University of Pernambuco (UPE), linked to the courses of Education in the countryside and Education and social movements, of the Pedagogy programme, supported by a group of studies of the field. It was carried in a partnership with the Regional Management of Education (GRE) of Mata Norte, the Academic Center of Pedagogy (CAPed) and the National Program of Training for Basic Education Teachers (PAFOR). The objective was to reflect about the thematic of globalization and virtualization, considering advances, setbacks, and perspectives due to the current political scenario of the country. It counted with the participation of guests of popular social movements from Pernambuco that developed a critic organic reflection. The event contributed to fortify the approximation of UPE with the causes and perspectives of popular movements, and the direct encounter of students and popular leaders, collaborated to sensitize the students about the latent matters that concern the countryside individuals, for example, the promotion of agroecology, of education and citizenry in the combat of social inequality and injustice.

**Keywords:** Countryside education. Popular social movements. Inequality and social justice. Agroecology.

**EDUCACIÓN DE MOVIMIENTO: INFORME DE EXPERIENCIA DE EXTENSIÓN  
POPULAR****RESUMEN**

Este artículo es un recuento de una experiencia vivida en el evento de extensión Educación en movimiento: educación en el campo y movimientos sociales, celebrado en junio de 2019, en el Campus Mata Norte de la Universidad de Pernambuco (UPE), vinculado a las asignaturas Educación en el campo y Educación y Movimientos Sociales, del Curso de Pedagogía, y apoyado por un grupo de estudios en el área. Se llevó a cabo en colaboración con la Dirección Regional de Educación (GRE) de Mata Norte, el Centro Académico para el Curso de Pedagogía (CAPed) y el Programa Nacional para la Formación de Docentes en Educación Básica (PAFOR). Su objetivo fue reflexionar sobre el tema en el contexto de la globalización y la virtualización, considerando avances, retrocesos y perspectivas en vista de la situación política actual del país. Tuvo la participación de invitados de los movimientos sociales populares de Pernambuco, quienes desarrollaron una reflexión orgánica crítica. El evento contribuyó a fortalecer el enfoque de la UPE sobre las causas y perspectivas de los movimientos populares y, desde la reunión directa entre estudiantes y líderes populares, colaboró para sensibilizar a los estudiantes sobre los problemas latentes que involucran los temas del campo, como la promoción agroecología, educación y ciudadanía en la lucha contra las desigualdades sociales y las injusticias.

**Palabras clave:** Educación rural. Movimientos sociales populares. Desigualdad e injusticia social. Agroecología.

---

Submetido em: julho de 2020.

Aprovado em: novembro de 2020.

Publicado em: janeiro de 2021.